

Revista  
Latino-americana de

# Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)  
ISSN: 2177-2886

Artigo

## Quilombo, Cantos e Tambores: As Mulheres nos Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo – Ponte Nova / MG

*Quilombo, Canciones y Batería: Mujeres en Ganga  
Zumba y Herencia de Grupos Banzo - Ponte Nova /  
MG*

*Quilombo, Chants and Drums: The Woman in  
Ganga Zumba and Herdeiros do Banzo Groups  
– Ponte Nova / MG*

**Alvino de Souza Amaral**

União de Ensino Superior de Viçosa - Brasil  
alvinoamaral@gmail.com

**Bianca Aparecida Lima Costa**

Universidade Federal de Viçosa - Brasil  
biancaitcpufv@gmail.com

Como citar este artigo:

AMARAL, Alvino de Souza; COSTA, Bianca  
Aparecida Lima. Quilombo, Cantos e Tambores: As  
Mulheres nos Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do  
Banzo – Ponte Nova / MG. **Revista Latino  
Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p.  
125 - 150, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

# Quilombo, Cantos e Tambores: As Mulheres nos Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo – Ponte Nova / MG

*Quilombo, Canciones y Batería: Mujeres en Ganga Zumba y Herencia de Grupos Banzo - Ponte Nova / MG*

*Quilombo, Chants and Drums: The Woman in Ganga Zumba and Herdeiros do Banzo Groups – Ponte Nova / MG*

## Resumo

O objetivo do artigo foi identificar os sentidos da emancipação feminina a partir da inserção na economia solidária por meio das vivências e narrativas das mulheres negras participantes dos grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo da Comunidade Quilombola de Fátima, em Ponte Nova, Minas Gerais. As organizações buscam fortalecer, por meio de diferentes atividades, espaços de discussão e informação relacionados às questões étnico-raciais. A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas. As principais conclusões do estudo são que as mulheres que participam dessas iniciativas têm trajetórias marcadas pela discriminação e que a participação nos empreendimentos permite a ressignificação de suas relações sociais e seu empoderamento.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Mulheres Negras; Território Quilombola; Empoderamento; Outras Economias.

## Resumen

El objetivo de este trabajo es identificar el significado de la emancipación femenina desde la inserción en la economía solidaria a través de las experiencias y narrativas de mujeres negras que participan en los grupos Ganga Zumba y Banzo Heirs de la Comunidad Quilombola de Fátima, en Ponte Nova, Minas Gerais. Las organizaciones buscan fortalecer, a través de diferentes actividades, espacios de discusión e información relacionados con cuestiones étnicas y raciales. La investigación se realizó mediante análisis de documentos y entrevistas semiestruturadas. Las principales conclusiones del estudio son que las mujeres que participan en estas iniciativas tienen trayectorias marcadas por la discriminación y que la participación en las empresas permite la resignificación de sus relaciones sociales, como también su empoderamiento.

Palabras-Clave: Economía Solidaria; Mujeres Negras; Territorio Quilombola; Empoderamiento; Otros Ahorros.

## Abstract

This paper aims to identify the meanings of the female emancipation from the perspective or their insertion in solidarity economy, by means of living experiences and narratives by the participant black women in Ganga Zumba and Herdeiros do Banzo groups at Comunidade Quilombola de Fátima, in Ponte Nova, Minas Gerais. These organizations seek to strengthen, through different activities, spaces of discussion and information that are related to ethnic-racial questions. The research was done via documental analyses and semi-structured interviews. The main conclusions of the study are: women who participate of these initiatives have their trajectory marked by discrimination; and the participation in those ventures allows a resignification of their social relations and their empowerment.

Keywords: Solidarity Economy; Women; Quilombola Territory; Empowerment; Other Economies.

Alvino de Souza Amaral, Bianca Aparecida Lima Costa

## Introdução

O protagonismo das mulheres na Economia Solidária já foi tema de variadas pesquisas em muitas áreas do conhecimento, abordando, sobretudo, os diferentes significados da participação feminina em organizações coletivas e os processos de emancipação vivenciados a partir dessas experiências (COSTA, 2007). Seja por meio do acesso à renda e ao trabalho, seja em função do engajamento em espaços de sociabilidade e de justiça de proximidade (GUÉRIN, 2005), mulheres de diferentes partes do mundo reúnem-se para emanciparem-se juntas na construção de “outras economias”<sup>1</sup> (CUNHA, 2015).

Compreendem-se as práticas econômicas que subvertem a lógica do capitalismo hegemônico como “outras economias”. Trata-se de instrumentos que viabilizam o enfrentamento diário das opressões patriarcais e capitalistas por diferentes povos e culturas (CUNHA, 2015). Dentre essas experiências, muitas recebem a denominação de economia solidária, economia popular, economia social, dentre outras (COSTA, 2013). Mesmo não havendo consensos quanto aos termos e conceitos, as iniciativas em questão buscam mudanças na sociedade, principalmente a partir da superação de formas desiguais de produção e distribuição de riquezas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002 *apud* COSTA, 2013). Nesse contexto, as mulheres são as primeiras nas práticas de economia solidária que pode representar oportunidades inéditas para o avanço contra as desigualdades entre os sexos (GUÉRIN, 2005).

De forma específica, as mulheres negras lutam diariamente por mudanças não somente em suas vidas, mas também na vida de suas comunidades, já que carregam as marcas profundas do período colonial. Para superar um cotidiano repleto de opressões, essas mulheres trabalham em rede e ressignificam o conceito de emancipação (CUNHA, 2015). No Brasil, parte dessa resistência se expressou e se expressa nos territórios quilombolas que representam a luta contra a escravidão atrelada ao convívio social e a formação de uma identidade comunitária, cultural e coletiva (LEITE, 2000). O termo quilombo designa os espaços de agrupamento utilizados por negros escravizados que conseguiam se livrar dessa condição. Geralmente, eram locais isolados e protegidos por matas, onde coletivamente se organizava o sustento e sobrevivência do grupo (CAMPOS, 2005).

A interseção entre economia solidária, compreendida no campo das “outras economias”, mulheres e territórios quilombolas é o ponto de partida do presente artigo. Dessa forma, contribuem para esse trabalho também a percepção do espaço a partir das chamadas Geografias Feministas que se estabelecem “(...) por intermédios de novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico” (REIS, 2015, p. 26), onde o gênero é parte central do estudo, sendo este “o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é “ser mulher” e “ser

---

1 Para Cunha (2015) a expressão “outras economias” se refere às economias que não se conformam com as características do sistema e da economia capitalista e que “de alguma maneira criaram modos de resistência, mas também adaptações funcionais, às vezes orgânicas, com os modos capitalistas de existir e organizar os recursos, as trocas, a distribuição, a aplicação de riquezas e dos bens” (CUNHA, 2015. p. 22).

homem” e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana” (SILVA, 2003, p. 36). Nesse sentido, constrói-se uma perspectiva geográfica que se mostra “contestadora do poder instituído, tornando visível a resistência feminina” (SILVA, 2007, p. 97). Assim, com base no trabalho de Cunha (2015), a premissa central deste artigo é de que essas trajetórias subalternas e seus sentidos de resistência são invisibilizados e, portanto, há de se trabalhar a partir dessas ausências.

Este estudo tem como objetivo geral identificar os sentidos da emancipação feminina e as características das "outras economias" a partir das vivências e narrativas das mulheres do território Quilombola de Fátima, em Ponte Nova, Minas Gerais<sup>2</sup>, participantes dos grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo. As duas organizações atuam na comunidade há trinta anos e buscam fortalecer, por meio de diferentes atividades, espaços de discussão e informação relacionados às questões étnico-raciais. As iniciativas são compostas majoritariamente por mulheres e representam possibilidades de trabalho, de renda, de transformação social e comunitária.

De forma específica, busca-se a) caracterizar a história de constituição dos Grupos Herdeiros do Banzo e Ganga Zumba; b) registrar as narrativas das mulheres sobre suas trajetórias de vida e vivências, identificando os sentidos de suas emancipações a partir das organizações coletivas; c) compreender as características das "outras economias" presentes na prática dessas mulheres em suas organizações.

As questões que nortearam essa pesquisa foram: Como ocorre a organização dos grupos? Quais as trajetórias dessas mulheres? De que forma elas se inserem nessas iniciativas e quais os impactos dessa participação em suas vidas? A hipótese principal é de que a vivência em organizações coletivas de matriz étnico-racial possibilitam processos de empoderamento e afirmação identitária.

A ideia de partir das narrativas das mulheres relaciona-se com o pressuposto de Cunha (2015) de que a história de cada indivíduo contribui para o entendimento da formação de suas comunidades e das “outras economias”. Da mesma forma que a autora, não se pretendeu com este trabalho alcançar conclusões, mas sim compreender quais os caminhos e, principalmente, como essas mulheres se posicionam frente ao modelo excludente as quais são submetidas diariamente. Essas narrativas “são aprendizagens e não conclusões” (CUNHA, 2015, pág. 15).

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da pesquisa buscaram privilegiar a fala dessas mulheres por meio de entrevistas semiestruturadas acerca de suas trajetórias de vida a partir de um roteiro que, segundo Manzini (2003), serve para auxiliar o pesquisador a conduzir a entrevista para o objetivo pretendido. Trata-se de um estudo qualitativo, englobando mulheres das organizações previamente referidas. Foi realizado ainda o levantamento de materiais fotográficos e documentais a fim de possibilitar a afirmação de fatos históricos que possam estar em conformidade, ou não, com os relatos orais.

---

2 A inspiração para o trabalho partiu do livro "*Women in Power Women: outras economias criadas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*" de Teresa Cunha (2015), em que a autora, a partir da narrativa de mulheres, busca estabelecer uma crítica pós-colonial ao desenvolvimento capitalista e a ausência de visibilidade a outras economias.

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) “a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos”. (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p. 14).

Ressalta-se que a pesquisa é parte dos resultados das ações de extensão universitária realizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). A Incubadora desenvolve atividades de assessoria e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, desde 2003, buscando a emancipação social, financeira e administrativa dos grupos associativos incubados. Dentre as iniciativas apoiadas, destacam-se as ações realizadas com Associação Quilombola Herdeiros do Banzo e, posteriormente, Grupo Quilombola Ganga Zumba. No âmbito dessas experiências, evidenciou-se a importância do papel das mulheres dentro desses coletivos o que motivou o presente estudo<sup>3</sup>.

O artigo está estruturado em quatro tópicos, além desta introdução. A primeira seção busca fazer uma breve discussão sobre os territórios quilombolas, evidenciando a resistência, os significados e as ações, tanto de quilombos rurais quanto urbanos. A segunda traz o embasamento teórico acerca das “outras economias” criadas e lideradas pelas mulheres, especialmente a partir dos trabalhos de Cunha (2015) e Guérin (2005). O terceiro tópico apresenta as narrativas das mulheres sobre a trajetória dos dois grupos e os processos de empoderamento no âmbito de “outras economias”. Por fim, breves considerações finais.

### **Territórios Quilombolas: Espaços de Significados, Resistência e Ações**

O espaço geográfico se constitui coletivamente e é produzido pelo trabalho realizado por homens e mulheres sendo este o mediador entre espaço e sociedade (REIS, 2015). “O território tem valor para os sujeitos não apenas em relação a sua contribuição para sanar as necessidades econômicas, sociais e políticas, mas também como um portador de referências simbólicas e culturais.” (MESQUITA, ALMEIDA, 2017, p. 5). Os quilombos, para além da resistência, são também compreendidos a partir da inserção e do trabalho de homens e mulheres no espaço, gerando significações para os sujeitos que compartilham de sua formação.

O termo quilombo foi utilizado para designar os espaços de agrupamentos coletivos utilizados por negros escravizados que conseguiam se livrar dessa condição. Geralmente, tratavam-se de locais isolados e protegidos por matas onde era possível a vivência da cultura tradicional dos povos escravizados, bem como o trabalho para o sustento coletivo e organizado das comunidades que se formavam. Cabe ressaltar que “o quilombo não foi apenas o grande espaço de resistência guerreira, mas representava recursos radicais de sobrevivência grupal, com uma forma comunal de vida e modos próprios de

---

3 A atuação direta de um dos autores deste artigo nas atividades da ITCP-UFV com os grupos em questão também foi um dos impulsos motivacionais para realização da pesquisa. Por isso, o presente artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso do estudante de Cooperativismo Alvinho de Souza Amaral.

organização” (CAMPOS, 2005, p. 32).

Do ponto de vista jurídico, no Brasil, o Artigo de nº 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal Brasileira prevê o direito à propriedade das terras ocupadas aos remanescentes de quilombos. O reconhecimento das terras originárias de quilombos, por sua vez, está previsto no decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, nele é descrito os procedimentos de identificação, delimitação, reconhecimento e titulação dessas comunidades. Assim, ficou assegurado por lei o direito ao reconhecimento e titulação desse espaço. De acordo com o decreto, as comunidades remanescentes de quilombo são entendidas como “(...) grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, Decreto nº 4.887. 2003.).

Outras discussões cercam o conceito de quilombo, levando em consideração essencialmente a pluralidade da formação desses territórios. Para Schmitt, Turatti e Carvalho:

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 3).

Compreende-se que a formação dos territórios quilombolas está alinhada ao trabalho e a coletividade, desempenhando um papel de resistência e luta contra a escravidão, atrelada ao convívio social e a formação de uma identidade comunitária, cultural e coletiva do espaço ocupado. Para Ilka B. Leite (2000), o quilombo, na atualidade, significa para essa parcela da sociedade brasileira, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser remontado (LEITE, 2000, p. 355). Os territórios originários de quilombos assumem características distintas, de acordo com a sua localidade, sua identidade e sua formação histórica, assumindo diversas denominações como “terras de preto” ou “território negro” onde predominam a coletividade camponesa junto ao uso coletivo desse espaço (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO. 2002).

Essencialmente, os territórios quilombolas são reconhecidos a partir da vivência do sujeito no meio em que se encontra inserido. Assim para o reconhecimento desse espaço, “ainda que amparado por diferentes documentos, terá como base fundamental a caracterização da identidade do grupo a partir do ponto de vista de seus integrantes” (ANDRADE, 1997, p. 48). Entende-se que é a partir da vivência, da história local, da construção de uma identidade coletiva, que o território quilombola surge, e é a partir da auto-afirmação das pessoas ali inseridas que se pode então titular este espaço.

A afirmação do território quilombola possibilita o surgimento de

organizações que se apresentam como representantes desses espaços, contribuindo para a afirmação da Identidade Quilombola naquele local, são elas “entidades locais de representação - as chamadas associações de moradores e associações de remanescentes quilombolas, ambas organizadas por povoados - e de articulações mais amplas que pretendem a delegação em termos nacionais” (ALMEIDA, 1997, p. 127).

Neste sentido, um território descendente de quilombo pode ser entendido como um local de resistência, de luta, de transformação e perpetuação da identidade e da cultura negra. A partir desses espaços surgem o sentimento de pertença e o entendimento para autoatribuição do sujeito enquanto descendente quilombola, a partir da sua vivência e construção social, das memórias e da coletividade afirmada ali no espaço e repassadas durante as gerações.

Os quilombos urbanos devem ser observados por óticas diferentes daqueles definidos como rurais, onde estão os maiores números de titulações. Primeiramente, essa diferenciação acontece em função da localização e espaço propriamente ditos, uma vez que não há nele, geralmente, o trabalho relacionado às atividades do campo, como cultivo da terra, entre outros. Em segundo, devem ser observadas as relações desenvolvidas com o outro, na formação do espaço identitário daquela comunidade (MARCON, 2008). O autor fala ainda sobre as diferenças entre os quilombos urbanos e rurais, explicitando que:

[...] a comunidade vivencia o espaço de outro modo, que não aquele implicado necessariamente e prioritariamente pelo lugar do trabalho e da produção econômica como fator de subsistência a agregação da comunidade. São outros os fatores das referências cognitivas no espaço urbano quilombola, onde as moradias, os prédios, as calçadas, as ruas, as praças, os monumentos, as relações sociais e tudo que possa haver sobre essa ampla paisagem, tornam-se parte das referências possíveis implicadas pelo movimento dinâmico das pessoas na cidade (MARCON, 2008, p. 86).

As comunidades quilombolas urbanas têm buscado reconhecimento, a fim de afirmar sua identidade cultural, marcando o território onde estão inseridos e contribuindo principalmente para a afirmação de seus direitos enquanto descendentes de quilombos. Queiroz (2012) possibilita um entendimento acerca da formação e construção desse território, que é marcada pelo desejo de reconhecimento, mas também pela luta constante contra o processo discriminatório do povo negro. Neste sentido afirma que:

Os chamados quilombos urbanos possuem dinâmicas socioespaciais permeadas por uma série de processos segregacionistas, que tendem a impor determinados espaços para os/as negros/as que vivem na cidade. Neste sentido, o cotidiano de negros e negras nas cidades é marcado por discriminações raciais e espaciais, que levam à estigmatização dos territórios ocupados por este grupo étnico-racial. Trata-se de um sistema de segregação socioespacial que tende a classificar e hierarquizar os territórios pertencentes aos negros que vivem no espaço urbano (QUEIROZ, 2012, p. 103).

O espaço quilombola urbano, para além do local onde se vive, se trabalha e se convive, torna-se um importante instrumento de afirmação identitária e de combate às inúmeras opressões cotidianas direcionadas ao povo negro. Procuram transformar e vencer as desigualdades, porém sem abandonar suas raízes e principalmente sua identidade étnica, combatendo as opressões a partir do reconhecimento e de sua inserção na cidade enquanto quilombo, enquanto quilombolas.

O sentimento de pertencimento ao local torna o sujeito parte do próprio local, onde encontra ali a marca de sua existência e da existência daqueles que antecedem a sua chegada. É neste sentido que o local conflui “para a sustentação do sentido de pertencimento, mesmo que temporários, mas que lhes possibilitam manter ou rejeitar estratégias de solidariedade, num tipo de cognição própria com os lugares” (MARCON, 2008, p. 94). Por meio desta pertença ao local, o sujeito se desenvolve, tendo em vista a possibilidade do exercício de suas práticas identitárias, instituindo inúmeras significações para a suas experiências no espaço e no tempo (QUEIROZ, 2012).

Os quilombos urbanos tornam-se um ambiente de refúgio em meio a cidade. Ambiente de autopreservação, onde grupos diversos surgem a partir do interesse comum daquela comunidade, apropriando-se dos espaços, que se tornam significativos àquele grupo, por ali desenvolvem suas relações econômicas, sociais e afetivas. O território torna-se reflexo das trajetórias de vidas ali existentes, contribuindo para a formação de imagens que compõem aquela história. É a partir dessas relações identitárias que se afirma ali um remanescente urbano de quilombo.

É nesse contexto que surgem, a partir das relações de proximidade existentes em um território quilombola, espaços de mobilização e fortalecimento das relações de resistência do povo do local. Espaços geográficos como esses:

(...) tem hoje um papel privilegiado como incorporador de materialidades e das ações humanas advindas do processo de conhecimento, é através dele que se impõem as relações sociais e as da produção, que se dão em toda complexidade do mundo real, através das formações socioespaciais (CORRÊA, 1995, *apud* REIS, 2015, p. 21)

O Quilombo de Fátima em Ponte Nova é reconhecidamente um quilombo urbano, e se enquadra nas questões que permeiam toda a discussão que está em torno desses territórios. Compreende atividades cotidianas de relações entre os moradores, possuem relações familiares muito próximas, convivem diariamente com a segregação social e a discriminação cotidiana pelas quais passam a população majoritariamente negra, mas acima de tudo sentem a pertença ao local, local que está ligado aos seus avós, pais e suas próximas gerações.

Os grupos associativos surgem a partir da união de pessoas que percebem a necessidade de lutar por melhorias na qualidade de vida dessa população e transformam o seu território, seu espaço geográfico, em campo de luta contra as opressões e são nesses grupos que as mulheres se mostram cada vez mais

presentes. É entender este “espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção” (REIS, 2015, p. 24). Esses empreendimentos coletivos transformam a comunidade e a própria vida das mulheres.

Silva (2003) nos possibilita entender que há uma necessidade de retirar a invisibilidade da mulher na construção do espaço e de que “é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro - o feminino.” (SILVA, 2003, p. 39). Nesta perspectiva, o presente artigo, se debruça a compreender como se dão essas trajetórias femininas, na construção de seus espaços de proximidade, em seus processos emancipatórios e na convivência com o outro.

### **Economia Solidária: Espaços de Proximidade, Convívio, e Emancipação Feminina**

No contexto de reconhecimento e organização coletiva das comunidades quilombolas rurais e urbanas também estão presentes iniciativas do que denominamos como economia solidária. Essas experiências, em geral, caracterizam-se pela autogestão e solidariedade, especialmente na organização do trabalho em diferentes segmentos econômicos. Como contraponto a lógica empresarial capitalista, essa economia engloba associações, cooperativas, grupos informais, clubes de troca, bancos comunitários, entre outros (SINGER, 2003). Nessa seção, buscaremos refletir sobre a inserção das mulheres nesses espaços.

Dessa forma, uma primeira questão importante é chamar a atenção para a construção e reprodução de processos sociais baseados nas diferenças de gênero, em que as mulheres têm estado à margem do sistema, e historicamente vem se mantendo submetidas à pobreza, a exclusão do mercado formal de trabalho e, por consequência, o desemprego onde “as relações de patriarcado entre os sexos implicam que estas são exploradas economicamente pelos homens, que se apropriam do seu trabalho e de sua ideologia” (REIS, 2015, p. 15). Ainda que nos últimos anos as mulheres tenham alcançado mudanças, é indiscutível a discrepância entre homens e mulheres (COSTA, 2007). Além disso, as questões raciais contribuem para o aprofundamento dessas desigualdades. Segundo dados do IPEA (2008):

As mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho nos últimos anos. Se, em 1996, 46% da população feminina estava ocupada ou à procura de emprego, esta proporção sobe para 52,4%, em 2007 – ainda significativamente inferior à dos homens, que alcançou 72,4% no mesmo ano. A dificuldade de ter acesso ao mercado de trabalho começa cedo para a população feminina: as jovens de 16 a 17 anos apresentam taxas de ocupação significativamente menores em relação às mulheres de outras faixas etárias. Em 2007, somente 69,4% daquelas jovens estavam ocupadas, comparadas a 81,1% dos jovens do sexo masculino (PINHEIRO *et al*, 2008, p. 25).

Nesse contexto, a economia solidária, segundo Guérin (2005), tanto conceitualmente quanto operacionalmente, pode ser uma resposta na medida em que possibilita a reformulação de algumas relações sociais. As mulheres estão muito presentes nessas experiências, fazendo avançar oportunidades inéditas de luta contra condições de opressão, a partir de três práticas:

Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocas; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens conciliem melhor vida familiar e vida profissional (GUÉRIN, 2005, p. 17-18).

A partir da participação nos processos ligados à economia solidária, as mulheres transformam e ressignificam o seu próprio cotidiano e o seu próprio “eu” e assim são capazes de falar sobre o próximo, sobre sua comunidade e necessidades, mas acima de tudo retomar a capacidade de falar sobre si.

A socialização, a integração em um grupo e a constituição da personalidade se dão por meio da linguagem e da narrativa. Cada um constrói para si um mundo interior graças ao mecanismo de ajustamento às disposições de outrem; ora, tal mecanismo passa pela linguagem. A experiência pessoal de realização de si é condicionada pela possibilidade de fornecer uma representação narrativa de sua própria vida. “Discutir”, “falar”, “contar”, “expressar-se”, “conversar” ou ainda “falar de si mesmo”, “confiar-se aos outros”: muitas são as mulheres que reencontram o gosto pela palavra, pelo debate, e que apreciam o fato de “se” contar (GUÉRIN, 2005, p. 157).

Cunha (2015) corrobora os argumentos de Guérin chamando a atenção para o que denomina como “outras economias”. Nessa construção criada e liderada por mulheres, permite-se pensar sobre as práticas e conceitos contra-hegemônicos a partir de uma nova perspectiva. É nelas que aparecem desmontamento ou contorno das práticas hierárquicas tão fortemente instituídas pelo patriarcado, capitalismo e colonialismo. As mulheres ao longo de suas trajetórias de vidas ressignificam o conceito de emancipação, resistindo e buscando instrumentos que viabilizem o enfrentamento diário às opressões patriarcais e capitalistas. “São mulheres que trabalham em rede, nomeadamente com as suas parceiras de família e da comunidade e, por isso, não se emancipam sozinhas, emancipam-se umas com as outras” (CUNHA, 2015, p. 12).

É nesse sentido que se pode entender a economia solidária como formato que contribui para a emancipação dessas mulheres em suas vidas econômicas e sociais. Assim, segundo Guérin (2005), as mulheres geralmente estão no centro das iniciativas de desenvolvimento local e comunitário que se apresentam como estratégias que permeiam a vida privada-doméstica e a vida pública. Para a autora:

Ao participar desses espaços, as mulheres adquirem respeito por si mesmas e constroem sua autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. Elas se desvinculam de pertencimentos familiares ou comunitários às vezes opressores. Por fim, elas ganham consciência de seus direitos e conseguem fazê-los valer graças ao aprendizado ou ao reaprendizado das relações de cooperação e de solidariedade, e graças a uma participação na sociedade civil até então inacessível (GUÉRIN, 2005, p. 147-148).

Além disso, as mulheres se tornam sujeitos essenciais na reformulação das vidas coletivas e sociais de sua comunidade. Pelos princípios da justiça de proximidade e da medição, elas são capazes de identificar e inferir alternativas e soluções para os processos que cercam os âmbitos coletivos e privados. Neste sentido, é “por meio da participação em atividades e discussões coletivas que as mulheres descobrem um novo sentido para o “bem”, doravante compatível com sua vida de todos os dias” (GUÉRIN, 2005, p. 155). Para a autora, essa visão do “bem” consiste no “conjunto de valores e de ideais, assim como uma forma de desapego em relação às normas do meio de pertencimento, às vezes opressoras” (GUÉRIN, 2005, p. 154).

Compreender tais processos não é simples, pois, como ressalta Cunha (2015), é preciso ter cautela já que essas experiências também são repletas de contradições. Da mesma forma que a autora em seu trabalho, buscaremos examinar a narrativa e trajetórias dessas mulheres para que a história de cada indivíduo possa contribuir para o entendimento da formação de suas comunidades e seus processos de emancipação a partir de suas organizações coletivas. Assim não se pretende neste trabalho alcançar conclusões acerca das outras economias lideradas por essas mulheres, mas sim compreender quais os caminhos e principalmente como essas mulheres se posicionam frente ao modelo excludente as quais são submetidas diariamente (CUNHA, 2015, p. 15).

Compreender a economia solidária por uma perspectiva do sujeito feminino é entender a efetiva participação dessas mulheres e sua constante influência na vida social de sua comunidade, na participação e na construção de atividades emancipatórias individuais e grupais que vão além das restrições que lhes são impostas na vida cotidiana, mas na reelaboração e afirmação de um sujeito historicamente invisibilizado, que compreende para além de suas necessidades individuais, as necessidades de seus próximos. É compreender também que “o espaço cotidiano também se constitui de emoções e afetos que determinam, em grande parte, as redes de solidariedade e também as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações.” (SILVA, 2007, p. 128). Na próxima seção, essas questões serão aprofundadas a partir da pesquisa realizada.

### Trajatórias, Motivações e Impactos: Os Grupos Herdeiros do Banzo e Ganga Zumba pela Narrativa das Mulheres

Os debates sobre comunidades quilombolas e sobre o protagonismo das mulheres em organizações coletivas de economia solidária são complexos e evidenciam, como afirma Cunha (2015), pontos fundamentais para a luta contra as opressões manifestas por meio do patriarcado, capitalismo e colonialismo. Nesse sentido, busca-se apresentar, a partir das narrativas de participantes dos Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo, aprendizados quanto à possibilidade de interseção dessas temáticas.

Para tanto, foram realizadas pesquisas documentais nos empreendimentos e entrevistas semiestruturadas com cinco (5) mulheres, buscando compreender suas trajetórias e as mudanças em suas vidas a partir da inserção nessas organizações. Além disso, o trabalho também evidenciou a história das associações em questão. As entrevistas aconteceram entre o período de maio e junho de 2017<sup>4</sup>, conforme quadro a seguir.

Entrevistadas	Perfil
Entrevistada 1 (E1)	Aposentada, 66 anos, participa dos grupos há 4 anos. Realiza atividades de percussão, canto, dança e violão.
Entrevistada 2 (E2)	Aposentada, 65 anos, participa dos grupos há 3 anos. Realiza atividades de dança e canto.
Entrevistada 3 (E3)	Aposentada, 58 anos, participa dos grupos há 29 anos. Realiza atividades de canto e dança.
Entrevistada 4 (E4)	Aposentada, 56 anos, participa dos grupos há 29 anos. Realiza atividades percussão, canto, dança e compõe a diretoria da associação.
Entrevistada 5 (E5)	Aposentada, 67 anos, participa dos grupos há 3 anos. Realiza atividades canto, dança e percussão.

Destaca-se que tanto o Grupo Ganga Zumba quanto o Grupo Herdeiros do Banzo realizam variadas atividades, conforme exposto anteriormente. Buscou-se centrar a análise naquelas em que as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares estavam mais focadas. Nesse grupo, participam um total de 13 pessoas, dentre as quais 9 são mulheres e 4 são homens. As entrevistas foram realizadas com as mulheres que participam de forma mais ativa, sendo duas que estavam no processo de fundação e formalização das associações e três que se inseriram mais recentemente.

Para análise dos dados coletados, as entrevistas foram transcritas e organizadas por categorias e subcategorias seguindo as premissas da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009) a partir da: (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados obtidos, e (4) interpretação.

4 As entrevistas foram realizadas após a devida aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP) que teve parecer final favorável no dia 11 de Maio de 2017 sob o número 2.057.498.



### Comunidade Quilombola de Fátima e os Grupos Herdeiros do Banzo e Ganga Zumba

Os Grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo estão localizados no bairro de Fátima, em Ponte Nova, Minas Gerais. O bairro em 2007 recebeu o título de território quilombola pela Fundação Cultural Palmares<sup>5</sup>. Trata-se de uma comunidade constituída, segundo os moradores, por meio de negros antes escravizados que trabalhavam nas fazendas principalmente de cana de açúcar de Ponte Nova e região. Muitos foram morar na localidade depois de pararem suas atividades laborais quando idosos ou com problemas de saúde. Inicialmente, as casas eram construídas de sapê e, por algum tempo, o território era conhecido por esse nome. A comunidade está localizada em um local alto onde os moradores podiam observar quase toda a cidade e os perigos que a mesma oferecia. Como citado anteriormente, os territórios quilombolas urbanos guardam especificidades quanto à sua formação, embora também representem de forma muito significativa à luta de resistência desses povos.

O reconhecimento da comunidade ocorreu em 2007 e foi precedido da organização coletiva de seus moradores em princípio pelo grupo Ganga Zumba, em 1988, e, posteriormente, pelo grupo Herdeiros do Banzo, em 2003. Ambos carregam em sua origem o resgate cultural de seus ancestrais, desenvolvendo atividades voltadas à questão racial, contribuindo para trazer à tona os problemas de discriminação existentes na sociedade.

O Grupo Ganga Zumba nasceu da experiência de um grupo de mulheres a partir de uma apresentação de dança num evento local, em 1988. A atividade foi organizada buscando reforçar a diversidade e a cultura afro-brasileira por meio de músicas e danças. Essa primeira organização impulsionou o aprofundamento desse resgate e deu início à associação. O grupo, protagonizado por mulheres, percebeu que era possível transformar a realidade social local por meio de atividades culturais e artísticas com enfoque nas tradições e afirmação da identidade negra.

*O Ganga Zumba surgiu assim... foi de uma gincana que os meninos fizeram no palmeirense de todo mundo dançando e me pediram ajuda porque sabiam que eu gostava das coisas, me pediram ajuda e nesse terreiro a gente ensaiava ... caso estivesse chovendo a gente ficava lá dentro ensaiando e ganharam a gincana e gostamos muito da coisa e fomos fazer apresentação na praça... e assim foi caminhando...vinte e nove anos...é vinte e nove anos. E quando nós vimos que a coisa estava ficando séria mesmo, nós resolvemos arrumar, sentar e reunir e arrumar o nome do grupo e trabalhar, né? Trabalhar.. Como se*

---

5 A fundação Cultural Palmares é instituída pela Lei nº 7.668, de 22.08.88 “com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” cabendo-lhe “I - promover e apoiar eventos relacionados com os seus objetivos, inclusive visando à integração cultural, social, econômica e política do negro no contexto social do País; II - promover e apoiar o intercâmbio com outros países e com entidades internacionais, através do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de pesquisas, estudos e eventos relativos à história e à cultura dos povos negros. III - realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação.” (BRASIL, 1988).

*diz?... Como que eu posso dizer? Lutar pelos direitos da gente porque a gente é muito discriminado demais, então a gente tinha que fazer alguma coisa. [...] Quando eu estudava a gente era muito discriminado, discriminado demais e eu fui vendo que a medida que eu fui entendendo as coisas. [...] E o que eu passei não era bom. Por que pra deixar pras meninas? E como eu vi que elas também tava querendo... como eu posso falar? Elas queriam viver tranquilas, viver sem problema nenhum e viver sem ser discriminadas. Elas tavam querendo pensar num ser discriminada... Aí eu pensei que se a gente começar a trabalhar isso, quem sabe mais tarde melhora um pouco? Porque eu não entrava em lojas em Ponte Nova. Eu tinha maior medo de ser discriminada. Não entrava em loja, sempre cabisbaixa. Quando eu vi que nesse dia que as meninas começaram a ir pra gincana, dançando e era bem recebida e acho que por aí a gente começa a trabalhar. (E4)*

*Começou com dança, pela dança... Viu que tinha uma identidade, tinha uma tradição. Aquele grupo que estava dançando a nossa ancestralidade e nisso começou dessa dança foi puxando mais... foi puxando pode dizer assim uma maior curiosidade pela nossa raça, pela ancestralidade e isso foi crescendo aonde que hoje a gente vê aonde esse grupo pôde chegar, que já passaram pessoas que participaram de conferências, de vários momentos, de vários momentos de reflexão, de estudo, de movimentos que falam sobre o negro, sobre a importância do negro na história do Brasil e na nossa cidade, enfim, né? (E3)*

Em formato de Associação sem fins lucrativos, o Grupo Afro Ganga Zumba possui sede própria doada pela Fundação Marianense de Educação. No local, são realizadas diversas atividades voltadas ao reconhecimento e à memória de sua trajetória e na história de seu povo. Além do bairro de Fátima, o Grupo Afro realiza atividades que abrangem mais cinco comunidades que estão no entorno do bairro sede, São Pedro, Cidade Nova, Palmeirense, Antônio Girundi e Novo Horizonte.

A Associação traz em seu nome a homenagem ao primeiro grande líder conhecido do Quilombo dos Palmares, tio de Zumbi, segundo o Portal São Francisco (2017), Ganga Zumba teve grande importância nas estratégias de resistência do Quilombo de Palmares e ficou conhecido por assinar junto ao governo de Pernambuco um tratado de paz, o que mais tarde seria julgado por alguns como uma forte traição do líder.

A afirmação do grupo enquanto entidade promotora e defensora dos direitos afro-brasileiros está ainda em sua bandeira. A mesma é composta pelas letras G e Z, que simbolizam Ganga Zumba. As cores vermelha e preta representam o sangue e o povo negro e a cor verde as florestas tropicais da África. O escudo simboliza a defesa, a cruz o sacrifício e, por fim, a tabaca representa o instrumento musical que remete a cultura de seus ancestrais.

As atividades desenvolvidas pelo grupo envolvem crianças e adolescentes, jovens e idosos em diversas áreas, como oficinas de corte e costura, oficinas de

dança Afro-brasileiras, a música, dança, oficinas de Capoeira, Maculelê Percussão e Coral Folclórico. Tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade do bairro onde se encontra localizada, no dia 30 de setembro de 1999, a instituição foi declarada pela Lei nº 2.361/1999 da Câmara Municipal de Ponte Nova, como utilidade pública municipal, o que garantiu recursos destinados diretamente a Associação para a manutenção de suas atividades ao longo do ano.

A Associação Quilombola Herdeiros do Banzo por sua vez foi oficializada no dia 12 de maio de 2006 após três anos do início das suas atividades. As ações realizadas pelo grupo também compreendiam o resgate de sua ancestralidade a partir da arte e de oficinas que trabalham as temáticas étnico-raciais. O grupo teve início a partir de uma dissidência de alguns participantes do Ganga Zumba, embora, atualmente, os dois realizem atividades em conjunto novamente.

Em seu nome, a organização traz essa ligação direta com a cultura afrodescendente ao utilizar o termo “quilombola”, fazendo referência ao seu território de atuação. A palavra “Banzo” tem diversos significados, sendo que, no nome da instituição, refere-se a saudades da terra mãe, à heranças deixadas por seus descendentes, a saudade passada de geração em geração, de seus costumes e de sua cultura.

Inicialmente, a Associação implementou atividades em quatro projetos distintos. O primeiro Projeto Ciclo Cultural realizava atividades de formação e estudos nas temáticas afro-brasileiras, a fim de resgatar conhecimentos a partir de leituras e interpretação de textos ligados à temática, e dar significado às apresentações realizadas pelo grupo. O segundo eixo, o Projeto Akatu Êre era dedicado à formação de crianças e adolescentes e desenvolvia atividades ligadas a musicalização a partir de cantos e instrumentos afro-brasileiros. No terceiro eixo, o Projeto Retalharte trabalhava a partir da perspectiva de resgate de sua cultura pelo artesanato, desenvolvendo também a possibilidade de geração de trabalho e renda para seus associados. No último eixo, o Grupo Cantoria Irmandade Bantú trabalhava na perspectiva musical, a partir de oficinas de percussão, de construção e resgate de músicas ligadas a temática afro-brasileira.

O Projeto de Lei Nº 17/2009 da Câmara Municipal de Ponte Nova no dia 17 de agosto de 2009 declarou de Utilidade Pública Municipal a Associação Quilombola Herdeiros do Banzo, tendo em vista sua importante contribuição e serviços prestados à comunidade ligados ao incentivo de manifestações culturais afro-brasileiras, contribuindo efetivamente para a afirmação quanto à igualdade racial e social de sua comunidade.

É possível perceber que a trajetória dos dois grupos está fortemente marcada pela iniciativa e protagonismo das mulheres que buscaram mudanças em suas comunidades por meio da valorização da cultura afro-brasileira. A organização coletiva nos remete ao que Cunha (2015) e Guérin (2005) ressaltam em relação à economia solidária ou “outras economias”. A participação feminina nesses espaços seja por meio dos projetos culturais ou de geração de renda é determinante na história desses grupos em busca por transformação da realidade local.

### As Mulheres e os Grupos: Narrativas e Empoderamento

Conforme abordado anteriormente, os grupos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo organizaram-se a partir da temática da cultura afro-brasileira e muitas das atividades desenvolvidas estão relacionadas ao resgate de tradições, dança e cantos. As mulheres entrevistadas para a pesquisa apresentam perfis bem diferenciados quanto às suas trajetórias individuais e nos grupos. Nessa seção, busca-se abordar esses caminhos e os impactos disso em suas vidas.

Nesse sentido, um primeiro ponto que nos chama a atenção é que todas as mulheres já se encontram aposentadas, por isso, as atividades vinculadas aos empreendimentos estão mais voltadas ao lazer, afirmação identitária e socialização. Embora algumas realizem trabalhos de artesanato que podem gerar algum tipo de renda, esse não é o foco principal para participação do grupo, o que ajuda a compreender e, talvez, ampliar a concepção de economia solidária, conforme será abordado mais à frente. Parte das ações, inclusive, é realizada em parceria com serviços sociais de saúde e assistência social do município.

Outro ponto importante refere-se às suas trajetórias. A maior parte das entrevistadas viveu em zonas rurais quando crianças e enfrentou duas realidades nesse período: o trabalho precoce e a dificuldade de acesso à educação ou interrupção dos estudos. O trabalho se apresenta ainda quando criança, por volta de 6 a 8 anos de idade e, em alguns casos, quando adolescentes a partir de pelo menos três situações distintas. A primeira relacionava-se ao trabalho no campo nas tarefas relacionadas ao cultivo de plantas, atividades de criação de animais e colheita de café, cultura comum na região. Essa obrigação de “ajuda” nas tarefas denominadas por elas como “trabalho da roça” somava-se com os trabalhos domésticos.

*[...] trabalhei bastante também na roça, assim de adolescente, né? Plantava milho, plantei cana, panhei café, colhia arroz fiz muita coisa de serviço de roça. (E5)*

*[...] o primeiro trabalho que eu tive foi o lá da roça. (E2)*

*[...] eu ia pra roça capinar, cortar cana, panhar café, e foi indo foi indo [...] aí depois a gente ficou na panhação de café mesmo. (E1)*

Uma segunda situação envolvia o trabalho de “ajuda” no trabalho doméstico e também na profissão especificamente da mãe, assim como o cuidado com familiares adoecidos o que marca a trajetória feminina no que se relaciona aos afazeres domésticos e de cuidado familiar.

*[...] eu comecei a trabalhar com a minha mãe. Ela era costureira, então, naquela época não existia máquina de arrematar roupa, no caso ela me colocou pra arrematar e me ensinou a arrematar roupa. (E3)*

Por fim, principalmente quando adolescentes, parte das mulheres

entrevistadas se inseriam numa trajetória laboral bem comum para mulheres negras no Brasil: “trabalho em casa de família”. Em pelo menos 3 casos, o acesso ao espaço da “cidade” se dava por meio do trabalho como doméstica ou babá em residência de famílias de “doutores”. As famílias para as quais trabalhavam viam muitas delas crescerem em função da precocidade do trabalho, conforme relata a Entrevistada 1. Parte delas residia com os padrões e lá permaneciam, geralmente, até o casamento.

*E o primeiro trabalho que eu tive fora lá da roça, igual eu te falei, trabalhei lá em Viçosa foi na casa do doutor Paulo. Pessoas que também me viu crescer, né? Meu pai deixou porque eu era nova. Depois fui em Ponte Nova, né? Na casa de um médico também. Dali depois foi na chácara Vasconcelos. Na Chácara Vasconcelos eu entrei lá com 14 pra 15 ano e sai para casar com 16 pra 17 [...]. Nós éramos seis, eu era babá... depois passei a ser copeira. Só atendia telefone e servia mesa de almoço e jantar, servia assim uma bebida, um café pra quem chegasse, recebia... Então, foi assim. Eu tenho saudade até hoje daquele trabalho, era um trabalho muito recompensador. (E1)*

O trabalho precoce implicou na falta de acesso ao ensino formal e na continuidade dos estudos, mas, além disso, a ideia de que as mulheres não precisavam estudar era muito comum entre as famílias. Para elas, inseridas já em atividades laborais e na condição feminina, a escola não poderia ser uma prioridade.

*[...] era um problema, né? Porque eu tinha vontade de estudar mais, mas quando eu terminei não tinha a facilidade que hoje tem [...] foi o primário que eu fiz. Assim que eu terminei o primário eu comecei a trabalhar, com 14 anos. (E5)*

*[...] existia um negócio, né, que filha mulher não precisava de estudo, formava pra nada. (E2)*

No entanto, um dos pontos mais marcantes nas narrativas de parte das entrevistadas foi o reconhecimento da escola como um espaço de forte discriminação, o que contribuiu para se distanciarem do espaço do ensino. A convivência diária com essas situações degradantes transformou a vida dessas mulheres, que foram obrigadas desde muito cedo a criarem resistência e enfrentamento a essas atitudes, conforme ressalta uma das entrevistadas:

*Quando eu estudava a gente era muito discriminado, discriminado demais... Porque era negro, sofria mesmo, professores e os colegas de escola. (E4)*

E assim, pela falta de acesso aos meios educacionais ou pela discriminação ocorrida nos espaços escolares, o trabalho vem como uma das poucas oportunidades e se apresenta desde muito cedo. O cuidado com a casa lhes é

imposto, inicialmente numa lógica da “ajuda” dentro do ambiente familiar.

Desde muito cedo, as mulheres convivem com as discriminações impostas pelo sistema. O primeiro deles se apresenta na negação do direito básico ao estudo, ora pela falta de estrutura que possa viabilizar o seu acesso, ora pela concepção de que os direitos das mulheres são inferiores aos direitos masculinos, ora pela necessidade do trabalho, seja ele no âmbito familiar ou no mercado.

O casamento também acontece quando jovem e, nesse novo espaço doméstico, além de toda a reprodução do trabalho familiar aprendido desde criança, parte das mulheres se depara com uma nova imposição que vem como reflexo da construção de uma sociedade machista a partir da submissão ao marido.

*[...] a gente nova, marido novo, tinha aquela ciumada aquela palhaçada, então, né? Não tinha tempo pra levar no médico e a gente não podia sozinho. Então, com vinte e três ano fui ligada porque eu sofri muito até ai, muito mesmo... [...] o que aconteceu na época, meu marido não gostava que eu trabalhasse, né? Cê sabe como é homem galinha que gosta de tirar a gente da área, né, pra não saber das coisa. (E2)*

Assim, a partir das trajetórias é possível perceber como as mulheres são cotidianamente impossibilitadas de se expressar e de realizar atividades que teriam vontade, estando em submissão ao homem no contexto familiar. Muitas têm e tiveram que conciliar também duplas jornadas de trabalho.

*[...] as vezes eu saía assim pra trabalhar e via o pessoal fazendo caminhada e tudo. Não tinha tempo porque era no meu horário de serviço, de sair pro serviço. Então, não dava tempo e a gente assim quando tem aquele compromisso com o serviço, era das oito às cinco da tarde, então, não tinha tempo de participar de nada. Era só mesmo de casa pro serviço, do serviço pra casa. Sai do serviço chegava em casa, pegava outro serviço, e de manhã sai novamente e assim ia, então, só depois mesmo que a gente aposenta, que aí você tem seu tempo livre que você pode fazer alguma coisa (E5).*

A partir dessas narrativas, pode-se afirmar que as trajetórias de vida dessas mulheres estão fortemente marcadas pela baixa escolaridade, pela discriminação racial e por ser mulher. Estão marcadas pelo constante encontro com as relações patriarcais e machistas construídas na nossa sociedade. Apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória, as mulheres dos grupos estão desde muito cedo no enfrentamento e na luta para construir uma sociedade mais humana, mais sensível, e, principalmente mais igualitária. Conforme narrado anteriormente, parte dessas mulheres se organizou para coletivamente buscar enfrentar o patriarcado, em função de serem mulheres, e do racismo. Cunha (2015) permite evidenciar que essas organizações ajudam a compreender como é possível resistir à violência, ao patriarcado e a própria pobreza, reconstruindo relações de reciprocidade e enfrentamento coletivo.

O grupo está localizado numa comunidade reconhecidamente quilombola e carrega em suas trajetórias o significado e a importância do povo negro para a construção do Brasil. Nesse contexto, as mulheres se organizaram através do Grupo Afro Ganga Zumba para, por meio das atividades artísticas e culturais, mudarem suas realidades. Assim, a dança serviu para aproximar, mas também para trazer uma vontade de lutar contra as discriminações cotidianas. Guérin (2005) nos possibilita entender essa necessidade em transformar as realidades de suas comunidades a partir da concepção de justiça de proximidade em que as mulheres compartilham diversos fatores em que as questões pessoais e a própria preocupação com o outro se misturam. Dessa forma, as mulheres se tornam sujeitos essenciais na reformulação das vidas coletivas e sociais de sua comunidade. Pelos princípios da justiça de proximidade e da medição elas são capazes de identificar e inferir alternativas e soluções para os processos que cercam o âmbito público, mas também privado. Nas palavras de uma das entrevistadas o grupo foi visto como a possibilidade de transformar a realidade das pessoas, lutando contra a discriminação do povo negro.

*E quando nós vimos que a coisa estava ficando séria mesmo nos resolvemos arrumar, sentar e reunir e arrumar o nome do grupo e trabalhar, né? Trabalhar... Como se diz? Como que eu posso dizer? Lutar pelos direitos da gente porque a gente é muito discriminado demais, então a gente tinha que fazer alguma coisa. (E4)*

Viram a oportunidade de inserção em atividades que possibilitaram o resgate da cultura afro, como um reencontro com o passado de seus ancestrais, promovendo também a inclusão social e a possibilidade de acesso a oportunidades por parte de seus integrantes. Nas palavras de uma das fundadoras:

*[...] é um trabalho que tem tirado muita gente de rua porque ele faz o trabalho social e tem lutado por essa periferia que faz parte São Pedro, Novo Horizonte, Cidade Nova, Palmeirense. Ele tem lutado pra ver se não haja tanta criminalidade e que esses bairros não sejam tão discriminados como ele era... Eles diminuem a discriminação e criminalidade dessa região... (E3)*

O grupo então é visto como possibilidade de oportunizar atividades que não são oferecidas em sua comunidade, como uma forma de fazer com que aqueles jovens e crianças possam participar de momentos que proporcionem ressignificação e reconhecimento a partir da perspectiva da cultura, do estudo e das questões que envolvem o povo negro no Brasil e em Ponte Nova. Uma das fundadoras relembra que elas realizavam estudos sobre a população negra do município visando identificar suas origens.

*[...] a gente estudava a história nossa, a história do negro aqui em Ponte Nova. O ciclo de estudo era muito bom mesmo. Era incrível como nós conhecemos muito da nossa região aqui e como que era os negros aqui da região de onde vinha isso tudo... Até saber de que*

*parte da África nós viemos... Até isso a gente tava procurando saber (E4).*

Ao longo de seus 29 anos de atuação, um grande número de pessoas já se beneficiou com as atividades dos grupos. Pode-se destacar variadas ações, dentre elas: cursos pré-vestibular, oficinas de costura, artesanato, capoeira entre outras. Assim além da atuação na perspectiva de resgate e reconhecimento das tradições afro, no resgate da cultura local, o grupo passa a ser visto pela comunidade como ponto de encontro, referência na atuação e nos serviços prestados. As novas associadas compreendem como a possibilidade de realizar atividades que antes não eram possíveis de serem realizadas.

*[...] aí depois com 60 anos aposentei, aposentei aproveitei que eu tava agora leve livre e solta, então, eu vim, fazendo os exercícios, as aula de dança, os artesanato e tô aqui hoje, agora tem a aula de violão pra ver se aprende alguma coisa, não parto não. (E1)*

É possível perceber que os motivos que levam essas mulheres aos grupos são diversos e perpassam questões relacionadas às transformações de suas realidades, assim como a vontade de pertencer a um espaço, a um grupo, seja para realizar atividades recreativas, seja para construir relações interpessoais que muito favorecem para a melhoria de suas qualidades de vida.

Apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo de suas trajetórias, a participação no grupo ganha vários significados que contribuem diretamente para a auto estima, para a felicidade, para o sentimento de pertença a uma organização, pela articulação e possibilidades de lutas.

A satisfação pessoal vem como um dos principais efeitos da participação efetiva nesse grupo coletivo. Está relacionada à integração e a possibilidade de convívio, de transformação de suas condições sociais e de vida. As mulheres relatam que ao entrar no grupo viram a possibilidade de transformação por meio da participação em diferentes espaços e no relacionamento com outras pessoas. Elas relatam como se sentem bem em ser artista e o quanto isso trouxe vitalidade para seus cotidianos.

*Há, hoje eu sou muito alegre, sou até uma artista, né? Sei lá, eu gosto de participar das coisas, eu gosto de dançar, eu gosto de amizade. Sabe, fiquei mais extrovertida. Antes não. Eu era um bicho do mato, eu não gostava de participar das coisas. (E5)*

*Esse grupo me faz reviver, porque antes eu ficava muito parada e quieto, né? Anima, né? Dá animação pra gente, né? E eu acho bom. (E1)*

As mulheres reconhecem, a partir da convivência em grupo, o respeito ao próximo para a construção de uma sociedade mais igualitária para as mulheres e para a transformação de seu meio de convívio social. É a inclusão das próprias mulheres como atrizes de modificação desse meio social e da construção de alternativas menos excludentes que transformam as relações ali

construídas. Nas falas de uma das fundadoras, a participação vem como processo de emancipação da sua vida em sociedade, se apresenta como um fator essencial de inserção.

*Olha o Ganga é inclusão, é a minha inclusão no meio em que eu... O meio social onde eu vivo, mas que leva a gente a tá participando em outra, com outras é... Outra dimensão social, né? Porque eu faço parte e eu fazendo parte do Ganga eu me sinto incluída na sociedade. (E3)*

O grupo traz também a possibilidade do crescimento pessoal e do entendimento do papel da mulher negra e do conhecimento acrescido a sua vida a partir dessas relações.

*[...] o crescimento da gente, o meu crescimento como pessoa e entendimento da situação que a mulher.. que a mulher tem... que a mulher negra tem na sociedade de Ponte Nova, por exemplo. Seria muito difícil a gente, e como é, e eu acho que seria bem mais difícil ser inserida nessa sociedade. Às vezes a gente se vê melhor através do conhecimento que a gente tem, teve e vai tendo através do trabalho social do Ganga. (E3)*

Transformam-se profissionalmente a partir das possibilidades de acesso aos cursos e outras instituições, como a Universidade.

*[...] nós fizemos oficinas muito importantes na universidade e hoje eu falo que o meu trabalho como costureira deve-se muito a essas oficinas porque eu fazia a oficina... a oficina de ... por exemplo, hoje eu no conserto de roupa eu trabalho mais coisas que eu aprendi lá dentro. (E3)*

Compreendem a partir das relações e das transformações pessoais possibilitadas pela atuação em um grupo coletivo que elas são capazes de se transformar, de se reinventar, sem abandonar suas atividades familiares, por entenderem que as mesmas também são importantes. Ao mesmo tempo, superam os limites de seu núcleo familiar e alcançam suas comunidades e sua cidade.

É a partir do trabalho coletivo que essas mulheres se empoderam, adquirem conhecimento e se transformam, tornam-se líderes de suas comunidades e sentem orgulho de quem são, pelo trabalho que desenvolvem, pela possibilidade do reconhecimento. E assim “elas encontram espaços de poder para realizarem os seus sonhos, mas também serem reconhecidas e escolhidas para exercer poderes públicos de grande amplitude e relevância.” (CUNHA, 2015, p. 66). Na palavra de uma das entrevistadas vemos a construção do saber, a valorização desse saber adquirido no coletivo e para o coletivo, saber que é adquirido a partir da luta contra os preconceitos e as discriminações por ser negra e por ser mulher.

*Hoje em Ponte Nova falou de movimento afro eu que sou a referência. Todo mundo me conhece e me procura porque eu não sei muita coisa, mas o pouco que eu sei... Era isso que eu queria, né? O que eu sofri antes com a discriminação, aí tô vendo que hoje tá valendo a pena eu mostrar pro pessoal que não é o que eles pensavam, que no colégio a gente sofreu mesmo e muito. (E4)*

Quando indagadas sobre como se sentiam antes e após a participação nos grupos, as mulheres se referiram principalmente às transformações que permeiam os saberes adquiridos, as melhoras quanto às condições físicas e mentais. Todas percebem transformações. A possibilidade de mudança de convívio, de esperança e autovalorização.

*Quem eu fui? Uma menina tímida, medrosa e hoje uma mulher rica em espírito, em sabedoria que eu acho que eu sei muito e eu só não sei explicar e... feliz, né? Por ter.. tomado tanto quando era mais nova, por ter sido tão castigada quando era mais nova e hoje eu sou quem eu sou! Feliz, rica e bonita, mas rica não em dinheiro, né? Mas rica, eu sou rica em felicidade, bem ou mal a gente é feliz. Pelos amigos, família, né? E rica em espírito, sou rica! (E4).*

*Sei lá a gente fica assim, sei lá meu modo de agir mudou muito. Cé sabe... porque antes eu tinha vergonha de falar com os outros, eu não falava com os outros de jeito nenhum (E5).*

*Mais que um medicamento, mais do que um remédio, mais que um remédio, porque eu antes eu pesava cento e poucos quilos, e com essas caminhada com os exercícios que eu fazia é, tomava remédio, tomava oito qualidade de remédio (E2).*

Segundo Cunha (2015) “é a possibilidade de enfrentar o medo que é a maior arma de toda a exploração seja ela colonial, patriarcal e capitalista” (CUNHA, 2015, p. 141). Ainda segundo a autora é neste sentido que as mulheres ressignificam seu trabalho e enfrentam o pensamento capitalista e patriarcal, que traz contatos dolorosos e muito difíceis, pois vêm impregnados de violência e desprezo pelas mulheres. Assim, é a partir dos grupos que elas se especializam, elas se emancipam econômica e socialmente, são transformadas pelo coletivo, e pela solidariedade que permeia a convivência entre elas. Caminham lado a lado e se reconhecem nessas histórias, dividindo conhecimentos e aprendizados. É a inclusão das próprias mulheres como atores de modificação desse meio social e da construção de alternativas menos excludentes que transformam as relações que são construídas a partir e pelo coletivo.

Cunha (2015) permite entender que a cidade ao longo de sua formação histórica vem sendo palco para as mais diversas formas de exploração e invisibilização dos sujeitos tidos como subalternos. Isso pode ser ainda mais evidente em territórios historicamente invisibilizados, como os territórios quilombolas. E é assim que se sustentam as possibilidades de naturalização do

trabalho inferior em algumas esferas, fazendo com que o mesmo ganhe ares de reprodução natural, atribuindo a eles baixa capacidade de intelecto e força física, reflexos de uma sociedade colonizada, principalmente com relação ao poder e do saber. “No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível a exploração.” (REIS, 2015, p. 14). Reis (2015) nos possibilita entender ainda que essas características, antes consideradas “naturais”, passam a ser refletidas a partir de perspectivas culturais, o que contribui para compreender a construção social em torno do que é entendido como feminino e masculino, desnaturalizando a opressão feminina ao expor bases materiais e simbólicas acerca das desigualdades entre homens e mulheres.

Mas é importante compreendermos que é também nesse espaço que surge a necessidade e a inspiração para a mudança, para a transformação social. Reis (2015) compreende que poderá se alcançar poder político, e o fim das opressões e discriminações por meio da emancipação da mulher frente ao combate cotidiano dessas opressões. E é nessa esfera social, em seus grupos coletivos, que Cunha (2015) nos permite verificar que as mulheres desenvolvem singularidades que permeiam os sistemas vigentes dominantes e que surgem novas relações de poder, de autoridade e a constante sensibilidade para a resolução dos conflitos. Para elas, a emancipação parte de uma troca, não é ensinar, mas aprender em suas diversas possibilidades, pois ninguém é capaz de ensinar ninguém, mas as aprendizagens devem ser mútuas a partir de uma autoridade partilhada.

### **Considerações Finais**

A partir das discussões que permeiam os conceitos de “outras economias” e da participação das mulheres na economia solidária possibilitadas pelos trabalhos de Cunha (2015) e Guérin (2005), buscou-se neste trabalho realizar uma análise sobre as trajetórias de vida e a participação das mulheres nos grupos coletivos Ganga Zumba e Herdeiros do Banzo. Para isso, buscamos evidenciar a formação do Território Quilombola de Fátima trazendo a história dos Grupos e do próprio espaço, seguidos do estudo a partir dos relatos das mulheres sobre suas trajetórias.

Assim, trabalhou-se a caracterização da história de constituição dos Grupos registrando as narrativas das mulheres e identificando a partir das mesmas o sentido da participação nos empreendimentos coletivos, compreendendo os processos de emancipação presentes em suas práticas.

Neste sentido, procurou-se no trabalho perceber as narrativas das mulheres entrevistadas, a criação de seus espaços coletivos de trabalho e convívio social, e como elas ressignificam a sua existência a partir desses empreendimentos. E, principalmente, como essas mulheres estão contribuindo para seu fortalecimento e emancipação por meio do trabalho coletivo liderado por elas em suas comunidades.

Foi possível perceber que a economia solidária se mostra uma oportunidade de transformação e de se afirmar frente à sociedade que exclui as mulheres. A partir dessas ações, elas ganham a liberdade de se expressar, de falar,

principalmente, sobre si, retomando não só a capacidade de mudanças com relação ao trabalho, a geração de renda, mas principalmente a capacidade de ser porta voz do seu próprio ser, como sendo capaz de transformar, rearticular, identificar e contribuir para uma sociedade menos desigual.

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida. In: ANDRADE, Tânia. org. **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas.** São Paulo: IMESP, 1997.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL, Ato das disposições constitucionais transitórias. **Artigo 68.** Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto nº 4.887., de 20.11.2003.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm) Acesso em: 20 de maio de 2017.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 7.668, de 22.08.1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7668.htm) Acesso em: 20 de maio de 2017.

CAMPOS, Andreino. **Do Quilombo à Favela: a Produção do “Espaço Criminalizado”** no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. **Em busca de autonomia: A trajetória de mulheres na economia solidária.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. **Entre teoria e prática: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional.** 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CUNHA, Teresa. **Women inPower Woman.** Outras economias criadas e lideradas por mulheres no sul não-imperial. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO, 2015.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo, Edições Loyola. 2005.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**, n. 22, p. 97 - 109, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n.44, p. 117 - 134, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31 - 45, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. Portugal. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333 – 335, 2000.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiros para entrevistas semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadao (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11 – 25.

MARCON, Frank. Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE. In: LEITE, Rogério Proença (Org). **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 85 – 106.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios, territorialidades e identidades: Relações materiais, simbólicas de gênero no campo. **Revista GeoNordeste**, v. 28, n. 1, p. 2 - 16, 2017.

OLIVEIRA, Luana; FONTOURA, Natália de Oliveira; QUERINO, Ana Carolina; BONETTI, Alinne; ROSA, Waldemir. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea: SPM: UNIFEM, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3223/1/Livro\\_RetratoDesigual.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3223/1/Livro_RetratoDesigual.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

PONTE NOVA, Câmara Municipal, **Lei nº 17/2009**. Disponível em: <[http://www.camarapontenova.com.br/ler\\_pleislacao.asp?id=534](http://www.camarapontenova.com.br/ler_pleislacao.asp?id=534)>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

PONTE NOVA, Câmara Municipal, **Lei nº 2.361/1999**. Disponível em: <[http://www.camarapontenova.mg.gov.br/ler\\_legislacao.asp?id=408](http://www.camarapontenova.mg.gov.br/ler_legislacao.asp?id=408)>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. **Um quilombo no terreiro: Território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango - Belo Horizonte - Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, Belo Horizonte.

REIS, Máira Lopes. Estudos de gênero na geografia: Uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11 - 34, 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1 – 15, 2009.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 10, p. 1 – 8, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação, Perseu Abramo, 2003.

**Recebido em 19 de setembro de 2018.**

**Aceito em 31 de julho de 2019.**

**Alvino de Souza Amaral, Bianca Aparecida Lima Costa**

